

# A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação

Vanderli Custódio  
IEB-USP

Joaquim Miranda Maloa  
Universidade Eduardo Mondlane

p. 008-024

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 22 • nº 1 (2018)

ISSN 2179-0892

## Como citar este artigo:

CUSTÓDIO, V.; MALOA, J. M. A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 1, p. 008-024, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/125773>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.125773>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

# A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação

---

## Resumo

O objetivo geral deste artigo é propor uma interpretação da urbanização moçambicana contemporânea, que se manifesta na paisagem como cada vez mais dual. De um lado, apresentando áreas urbanizadas e planificadas e um núcleo de desenvolvimento vertical com infraestrutura e serviços; de outro, a periferia, de desenvolvimento horizontal, majoritariamente não planificada, de construção precária e com escassas infraestruturas e serviços urbanos. Para tanto, o estudo buscou identificar e caracterizar as diferentes etapas da formação socioespacial moçambicana. Recorreu à geografia histórica urbana como ferramenta analítica para o tratamento do material empírico colhido em diversas fontes. O trabalho adota dois eixos de análise: o período colonial e o pós-colonial. No período colonial, buscou-se compreender os fatores responsáveis pela urbanização moçambicana dos quais *somos herdeiros*. No segundo, apreender a dinâmica urbana produzida no período pós-colonial. Ainda nesse eixo, procurou-se captar as continuidades e descontinuidades do processo, identificando alguns arranjos que se verificam ao longo do tempo e suas múltiplas determinações, que acentuam cada vez mais a segregação urbana entre o núcleo e a periferia, não só organizando a dualidade urbana, mas exprimindo novas formas de segregação urbana – a *gentrificação*.

**Palavras-chave:** Urbanização moçambicana. Dualidade urbana. Segregação. Gentrificação.

---

## The urbanization of Mozambique: a proposal of interpretation

---

### Abstract

The objective of this study is to present a proposal for interpretation of contemporary Mozambican urbanization, which manifests itself more and more as dual in the landscape. On the one hand, with urban areas, planned, the *center* of vertical development, with infrastructure and services; on the other hand, the *periphery*

of a horizontal development, mostly unplanned, poorly construction and with little urban infrastructure and services. To this end, the study sought to identify and characterize the different stages of formation the Mozambican sociospatial. Historical Geography Urban resorted to as an analytical tool for the treatment of empirical data collected from various sources. The work consists of two angles: the colonial and post-colonial. In the colonial period, we sought to understand the factors responsible for the Mozambican urbanization of which we are heirs. In the second, he tried to apprehend the urban dynamics produced in post-colonial period. Still, this axis, we sought to capture the continuities and discontinuities of the process by identifying some arrangements that promote over time and its multiple determinations that accentuate increasingly urban segregation between the *center* and the *periphery*, organizing not only the Urban duality, but expressing new forms of urban segregation – *gentrification*.

**Keywords:** Mozambican urbanization. Urban duality. Segregation. Gentrification.

---

## Introdução: uma proposta de interpretação

Muitas das considerações desta comunicação têm origem na tentativa de tornar compreensível, para nós mesmos e para aqueles que estiverem preparados para saber, como se formou a urbanização moçambicana contemporânea. O núcleo central deste texto é numa tentativa de interpretar como se processou o tipo de urbanização que temos atualmente, apresentando, de um lado, áreas urbanizadas, planejadas, com infraestrutura e serviços diversos e, de outro, áreas em seu entorno que podemos chamar de “periferias”, com construções precárias, sem infraestrutura (escola, posto de saúde ou posto policial, entre outros) ou serviços urbanos básicos (iluminação, água tratada, esgoto, transporte público, coleta de lixo, circulação viária, eliminação de risco de vida).

Resumidamente, podemos afirmar que este estudo pretende interpretar por que existem essas diferenças no espaço urbano moçambicano. Trata-se de uma questão concreta e de importância vital para Moçambique. Pensamos que interpretar é a melhor forma de compreender como e por que surgem características particulares na urbanização do país. Foi justamente esse horizonte que nos levou a escrever este texto. Não temos dúvida nenhuma de que o “papel ativo da geografia” (Santos, 2000) é o de tornar a realidade esclarecedora; o que importa não é a verdade, mas a *operation*, o procedimento eficaz, pois não é no discurso plausível, capaz de inspirar deleite ou respeito ou impressionar qualquer um, mas em pesquisar para trazer à superfície particularidades antes ignoradas ou desconhecidas para melhor auxiliar a vida. Aí reside o verdadeiro objetivo da pesquisa.

A ideia que anima a interpretação da urbanização moçambicana é de fato bastante simples: a urbanização moçambicana não tem merecido uma interpretação do seu conjunto, seja pela abrangência interdisciplinar ou mesmo por uma visão do território tomado como um todo (Araújo, 1990, 2003; Baia, 2008, 2009; Abdula, 1997; Muchangos, 1989a, 1989b). No entanto, “as ambições mais gerais fazem falta” (Santos, 2004). Consideramos relevante também interpretar a urbanização moçambicana contemporânea porque, em Moçambique, ainda falta debater

com profundidade temas como dualidade urbana (cidade de cimento *versus* cidade de caniço),<sup>1</sup> expansão sem infraestrutura e planejamento ou ruralidades no urbano. Partimos da ideia de que o debate acerca desses temas ainda não está esgotado; pelo contrário, está apenas começando.

Por exemplo, entre outros autores, Jacques Marchand (1995), David Leite Viana (2010) e Ana Bernard da Costa (2011) afirmam que em alguns bairros de Maputo, que faziam parte da “cidade de caniço” no período colonial, florescem nos dias de hoje construções de cimento segundo as possibilidades de seus proprietários. Com isso, mudam-se os conteúdos e significados da urbanização. Cabe lembrar que o tipo de material de construção não é suficiente para distinguir a dualidade urbana; esse é apenas um dos elementos a levar em conta. Dentro deste bojo, pensamos que a questão da urbanização moçambicana deve ser repensada e (re)classificada com afinco, para assim sugerir revisões de alguns conceitos que parecem ter adquirido outros conteúdos. Como nota Milton Santos (1986, 2009), o geógrafo deve partir da experiência sobre o concreto e sugerir revisão de conceitos que lhe parecem ter perdido o conteúdo. Para falar como Vanderli Custódio (2005, p. 95), “neste contexto, a geografia tem um papel a cumprir”. De modo geral, podemos afirmar que o objetivo desta comunicação é interpretar a urbanização contemporânea moçambicana por intermédio do processo histórico que lhe dá forma e conteúdo, como sugeriu Mauricio de Abreu (2008, p. 11).

A perspectiva empregada nesta comunicação é a da geografia histórica urbana<sup>2</sup> que procurará mobilizar os subprocessos políticos, econômicos, socioculturais do período colonial e pós-colonial,<sup>3</sup> como ferramenta analítica para o tratamento do material empírico colhido a partir de diversas fontes para a explicação da formação da urbanização moçambicana contemporânea. Como aponta Custódio (2002), a urbanização é um processo social, complexo e contraditório, caracterizado pela intensificação das relações políticas, econômicas, sociais e culturais sob uma base física mais ou menos restrita. A urbanização projeta e cristaliza no espaço transformações, sendo materializada na forma cidade. As cidades que temos atualmente em Moçambique foram materializadas no período colonial.

Por isso, esta comunicação é composta por dois eixos de análise: o período colonial e o pós-colonial. No período colonial, buscaremos apresentar quais são os fatores responsáveis pela urbanização moçambicana e no segundo, procuraremos apontar algumas dinâmicas urbanas produzidas no período pós-colonial.

Perguntamos: o que tornou possível a urbanização moçambicana? Daí a necessidade de compreender as diversas periodizações do processo da formação socioespacial pelo qual passou a urbanização moçambicana (colonial e pós-colonial). Como bem mostra Milton Santos (1985, 1986), os períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica. Cada período é o pedaço de tempo ou de duração, no qual certo tipo e certa forma de produção material e não material de vida se processa na *formação socioespacial*.

1 Em Moçambique, chamam-se *caniço* as plantas do gênero *Typha*, muito usadas na construção de casas tradicionais ou palhotas (Viana, 2010). Existem diversos tipos de caniço, diferentes entre si (Fernandes; Mendes, 2012).

2 Segundo Milton Santos (2010), o estudo da história dos países em via de desenvolvimento permite revelar sua especificidade, que aparece claramente na organização da economia, da sociedade e do espaço e, por conseguinte, na urbanização.

3 A expressão *pós-colonial* deve ser entendida aqui no sentido anglo-saxônico de *post-colonial state*, com que os historiadores designam os países recém-independentes, com um claro sentido cronológico. Segundo a historiografia moçambicana, trata-se da presença portuguesa no território que hoje conhecemos como Moçambique, entre 1505 e 1975.

Só com a periodização do processo de urbanização podemos ver que forças levaram a sua formação e analisar o que é novo nesse processo (Santos; Silveira, 2001). Como afirma Macamo (2014), o real é marcado pela história tal como ela se desenrolou, isto é, como materialização de diferentes momentos na qual se estendeu. Pois como diz Florestan Fernandes (1975), o cientista social que leva sua pesquisa sem o contexto histórico, arrisca-se a produzir conhecimentos “superficiais” e “irrelevantes”. Celso Furtado (2002, p. 15) afirma que “a história está no começo de tudo”. Porém isso significa mais do que situar a urbanização em tela na perspectiva de uma história qualquer, mas sim de uma geografia histórica urbana, na qual o passado urbano é lido, reconstruído, perquirido e vasculhado com vistas a explicitar o presente.

Convém frisar mais uma vez que a comunicação que propomos é motivada antes pela preocupação de entender o presente da urbanização moçambicana do que pela preocupação histórica de entender seu passado. Nem se trata de reescrever ou rever a história de Moçambique, mas de produzir, por intermédio dessa história, um outro texto que tenha coerência geográfica. Portanto, nesta pesquisa, nosso objetivo é também indagar quais são os fatores responsáveis pela estrutura e pela forma urbana de Moçambique e como chegamos a uma urbanização caótica. Caótica no mesmo sentido atribuído pelo geógrafo brasileiro Milton Santos (2005), como a formação de uma sociedade cada vez mais dual.

Sendo assim, fazer geografia histórica urbana exige um esforço de entender o surgimento da urbanização moçambicana, reconstituindo o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira: “voltando para o passado como uma questão que é nossa atualmente, e (re)escrever o relato de seu advento e das suas principais peripécias” (Castel, 1998, p. 28). Com essa perspectiva, “esperamos nos distanciar da narrativa histórica e, sobretudo, de uma história completa do passado” (Garland, 2008, p. 42). Conforme mencionado, a importância da geografia histórica urbana está no aprofundamento da realidade urbana e, também, no reconhecimento de que a história é desveladora do mundo e da forma particular da nossa existência.

É a partir deste ponto que a análise da urbanização moçambicana adquire maior precisão, dando-nos os instrumentos para identificarmos as tendências e descortinarmos os horizontes de opções com que se confrontaram os agentes responsáveis pela sua produção; além do que, esperamos também, na esteira de Milton Santos (2005), que a nossa escolha seja tomada como outro modo de pensar, interpretar e compreender de onde vem a urbanização do país e para onde ela caminha, uma vez que a geografia histórica urbana se escreve no espaço, e as áreas urbanas são formas espaciais (Santos, 1977).

Reiteramos mais uma vez que a geografia histórica urbana será usada como proposta de interpretação da urbanização contemporânea moçambicana, ou seja, como um paradigma no sentido atribuído por Thomas Samuel Kuhn (1998), de que as ciências evoluem mais pela ruptura de um conhecimento existente, do que pelo acúmulo. Para tanto, é fundamental a descoberta de novas formas de abordagem em função da realidade existente, para assim ir além da atual preocupação de condenar ou de justificar o que está na atual urbanização e mais compreender porquê e como chegamos ao que existe atualmente.

Por esse motivo, é de extrema importância usar na análise a categoria de formação econômica e social (FES), ou melhor, a categoria de *formação socioespacial* como método. Como nos lembra Milton Santos em seu artigo “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”,

publicado inicialmente em *Antipode*, em janeiro e fevereiro de 1977, e no mesmo ano, em junho, no *Boletim Paulista de Geografia*.<sup>4</sup> Segundo o autor, essa categoria pode ser adotada como método e como teoria, pois pode se aplicar ao estudo de uma sociedade precisa ou dada, “cuja especificidade e particularismo devem ser realçados para que o estudo concreto de suas realidades autorize depois uma ação igualmente concreta” (Santos, 2004, p. 243).

Como método, a categoria *formação socioespacial* nos oferece a possibilidade de interpretar a urbanização moçambicana como acumulação e superposição das formas, funções e paisagens. Como mostra Santos (1977), a formação socioespacial expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas, econômica, social, política, cultural e da vida na sociedade, de uma época dada, que é também espacial. Todavia, cabe reiterar que “a noção do espaço é assim inseparável da ideia do tempo”. A cada formação socioespacial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal.

Posto isto, expomos nossa ideia em dois tópicos: o primeiro sobre a produção do espaço urbano colonial e o segundo sobre a reprodução desse mesmo espaço no período pós-colonial. Resumidamente, podemos afirmar que o primeiro está preocupado em apresentar ideias como o espaço urbano moçambicano foi construído pelo governo colonial e o segundo, como esse mesmo espaço está atualmente sendo reconstruído.

## A produção do espaço urbano colonial

Se alguém nos perguntasse que peculiaridade do processo da urbanização colonial moçambicana parece ter significado particular para entendermos a produção do espaço urbano colonial, destacaríamos três momentos da formação socioespacial urbana colonial. O primeiro diz respeito ao momento inicial da fixação portuguesa no território que conhecemos hoje como Moçambique, principalmente entre 1505 a 1907.<sup>5</sup> Reflete os primeiros esforços de valorização do espaço urbano, impulsionado pelo comércio de ouro que tornou a fixação portuguesa regular e intensa em Moçambique no século XVI. Entre o fim do século XV e o começo do XVIII, todas as nações europeias se preocupavam com a exploração de novos mercados comerciais além-mar (comércio ultramarino) (Boxer; Azevedo, 1960).

Era a fase da acumulação primitiva do modo de produção capitalista com seus tentáculos em direção à África. Foi nesta perspectiva que os portugueses vieram para o território que atualmente conhecemos como Moçambique: o *ouro* impulsionou a fixação dos primeiros deles, dando início a um processo de contatos, intercâmbios, violência e ocupação, que se revelou fundamental para o conhecimento da região, assim como para a fundação da primeira cidade colonial, Sofala, em 1505, um porto “*par excellence*” (Newitt, 1997, p. 27). A atuação desorganizou a vida social e econômica dos africanos ali existentes e desfez o equilíbrio das relações comerciais entre os mercadores afro-islâmicos e os africanos do sertão produtores de ouro (Costa, I., 1989).

Podemos considerar Sofala a cabeça ou a trave-mestra sobre a qual se assentará o início de todo o processo da urbanização moçambicana, influenciada pela tentativa de Portugal operar o monopólio comercial do ouro das Índias Orientais.<sup>6</sup> Assim sendo, podemos afirmar que a gênese da ur-

4 Traduzido do francês por Maria Encarnação Vasquez Beltrão e revisado por Max Henri Boudin.

5 Ver, por exemplo, José Fernandes et al. (2008), que falam de cidades e arquitetura no território Moçambicano entre 1875-1975.

6 Compreendia essencialmente uma cadeia de fortalezas costeiras: Cabo da Boa Esperança, Golfo Pérsico, Goa, Ásia, Macau, Japão e Timor.



banização moçambicana<sup>7</sup> foi fruto da cobiça por metais preciosos por parte dos colonizadores. Nesse sentido, a esperança de encontrá-los jogou um papel importante no interesse de estabelecer um núcleo estável de população portuguesa.

Portugal compreendeu que a única saída estava na fixação permanente. A partir do século XVI, construíram as seguintes feitorias: Sofala (1505), Ilha de Moçambique (1507), Quelimane (1530), Sena (1531) e Tete (1545), assenhoreando terras e pessoas para isso usando todos os meios disponíveis, “desde a negociação à conquista por meios bélicos” destes espaços (Cabaço, 2007, p. 73). Como consequência, fluíram nesses espaços áreas urbanas que passaram a constituir uma retaguarda comercial para alimentar a expansão econômica portuguesa. Desses espaços saíam ouro, marfim e escravos que eram encaminhados ao Oriente, Europa e América.

As dinâmicas comerciais geraram algumas atividades urbanizadoras em torno da feitoria, que era o principal centro comercial, verdadeiro elemento estruturante do processo da urbanização da época,<sup>8</sup> construído por rochas. Vendo a organização urbana da época, notamos que as áreas urbanas dos primeiros três séculos da colonização portuguesa (XVI-XVIII) foram “cidades feitorias”, porque se organizavam em torno dos seguintes elementos: “feitoria-fortaleza”, a matriz, a igreja, o pelourinho, a casa do feitor, do comandante, a câmara<sup>9</sup> e a Santa Casa de Misericórdia – com suas múltiplas funções, desde a promoção de interesses locais junto à Coroa, a assistência a governadores, bispos, magistrados e passageiros que não podiam assegurar suas despesas de hospedagem até o atendimento a pobres, doentes, presos e idosos (Rodrigues, 2007).

Foi desse tipo de organização urbana que derivou a primeira configuração da dualidade urbana em termos de implantação de infraestrutura física e social (Forjaz, 1999). Colonos portugueses moravam no núcleo constituído pela feitoria, enquanto os colonizados ficavam no seu entorno. Era uma cidade comercial, onde os colonos portugueses controlavam e exerciam as atividades mercantis da época. Esse período foi de 1505 até 1884/5, com a ocupação forçada derivada da Conferência de Berlim, que pôs fim à gênese da urbanização colonial, dando início a um novo momento da formação socioespacial, que abordamos adiante.

O segundo momento do período colonial foi principalmente entre 1884/5 e 1930, considerando-se os primeiros momentos de expansão e criação de novas áreas urbanas. Nesse período, surgiram novas cidades como, por exemplo, Beira (1909), Vila Pery/Chimoio (1916), Gurué (1902), Milange (1902) e Mocuba (1918). Usando a tipologia funcional das cidades, de Michel Rochefort (1998), podemos afirmar que essas novas cidades surgiram como “cidades militares”, resultantes da política portuguesa de “ocupação efetiva”<sup>10</sup> para fazer representar a soberania colonial; ou seja, foram construídas para ocupar e dominar efetivamente o território moçambicano.<sup>11</sup> O impacto dessa colonização fez com que surgissem novas áreas urbanas, resultantes de um corpo técnico de engenharia militar.

7 Sempre cabe lembrar que, antes da chegada dos europeus, existiam cidades na África, inclusive no território correspondente a Moçambique, mas elas não são objeto deste artigo.

8 Sobre a análise das estruturas urbanas em África, especialmente na porção oriental, entre os séculos VII e XVIII e o impacto da expansão portuguesa, ver Lisegang (1999).

9 Sobre a instituição do municipalismo em Moçambique, da evolução administrativa e da economia entre 1752-1763, ver Lobato (1961).

10 Como mostramos, essa política foi decidida na Conferência de Berlim, entre Reino Unido, Portugal, Itália, França, Bélgica e Espanha.

11 Ao usar a tipologia de Michel Rochefort, não queremos dizer que essas cidades não tivessem outras funções, mas seu propósito foi a “ocupação efetiva” de Moçambique.

Essas cidades cumpriram o papel de responder ao fluxo de capitais, armamento militar, soldados, mercadorias e colonos que incidiam na realidade geográfica moçambicana. Essa forma de urbanização – dominação – não diferia da de outros países europeus colonialistas, que, no bojo do imperialismo, visavam ocupar novos territórios com infraestrutura para expressar a sua dominação e posse da colônia. Nesse contexto de afirmação imperialista, Portugal procurou assegurar a estruturação urbana apostando nas Companhias Majestáticas e no Arrendamento como forma de reduzir os gastos públicos, uma vez que a colônia não possuía capital financeiro que fizesse representar com a ocupação urbana. A responsabilidade pela construção de Beira ficou com a Companhia do Sofala, que ocupou a região das atuais províncias de Manica e Sofala, enquanto a Companhia do Niassa ficou com Porto-Amélia, que comandava as atuais províncias do Niassa e de Cabo Delegado, ao norte de Moçambique. As cidades de Tete, Quelimane, Maputo e Inhambane foram submetidas à administração do Estado colonial português (Rocha, 1999, p. 1-2). Compreendendo a urbanização dessa época, veremos que persistiu a forma de organização urbana do período anterior: no núcleo urbano, permanecia o *colono*, com infraestrutura e serviços, e, no seu entorno, o *colonizado*, privado desses bens. Essa fase da formação socioespacial termina com a dominação quase completa do território moçambicano, no início da década de 1930.

O terceiro momento colonial diz respeito ao processo de urbanização que ocorreu entre 1930 e 1975, conhecido também por período do Estado Novo. Este foi um período de intensa produção do espaço construído. Temos que ter em mente que, somente após a década de 1930 é que a urbanização moçambicana atingiu a sua totalidade, em termos de expansão, modernização e ocupação do território (Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula, Quelimane, João Belo/Xai-Xai, Inhambane, Nacala, Tete, Vila Pery/Chimoio, Porto Amélia/Pemba, Vila Cabral/Lichinga, Montepuez, Ilha de Moçambique, Antônio Ennes/Angoche, Trigo de Morais/Chókwé e Vila Junqueiro/Gurué), tal como temos atualmente, apesar de algumas revitalizações (Mendes, R., 2011) <sup>em</sup> edifícios, praças, vias expressas, entre outras infraestruturas e serviços urbanos.

A urbanização dessa época foi intensa, porque Portugal necessitava modernizar as colônias para a fixação dos colonos que começam a perceber os conflitos iminentes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945); mas a metrópole também pretendia acumular capital e resolver a necessidade de matérias-primas para reforçar o processo da formação da burguesia portuguesa local, o que ficou conhecido como *pacto colonial* (Mosca, 2005). Portugal prestava assistência financeira à colônia de Moçambique mediante as garantias necessárias, e em nenhum momento essa colônia podia contrair empréstimo. Quando fosse preciso recorrer a praças externas para obter capitais destinados a seu governo, a operação financeira seria realizada exclusivamente na conta da Metrópole, sem que Moçambique assumisse qualquer responsabilidade. “A autonomia financeira das colônias fica sujeita às restrições ocasionais que sejam indispensáveis por situações graves da sua fazenda ou pelos perigos que estas possam envolver para a Metrópole” (Secretariado [...], 1942, p. 94).

O controle financeiro da colônia permitiu que o Estado colonial planejasse suas políticas de representação soberana materializada em cidades, ou seja, em áreas urbanas, por meio de políticas de urbanização organizadas pelo Gabinete de Urbanização Colonial (GUC, 1944-1951), pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU, 1952-1957) e pela Direção de Serviços de Habitação e Urbanismo da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH-DGOPC, 1958-1974) (Saldanha, 2012; Milheiro, 2011). Nessa metamorfose, os antigos e lentos carrinhos puxados pelos negros deram lugar a numerosos automóveis em todas as avenidas da cidade, adensaram-se as construções nos núcleos urbanos, aumentaram os pro-



blemas resultantes de uma especulação imobiliária desenfreada, principalmente nos grandes centros como Lourenço Marques/Maputo (região sul), Beira (região centro) e Nampula (região norte), onde ficavam quase centralizadas todas as atividades econômicas dos setores regionais da colônia.

As cidades moçambicanas modernizaram-se em ampla escala, substituindo os telhados pelos terraços, por oposição ao que era produzido anteriormente, rasgando “céus” com altos edifícios (Somekh, 1997). Em contrapartida a essa modernização cresciam as periferias urbanas, os chamados *bairros indígenas*, acompanhados pelo menos por quatro fatores da época: (i) a intensificação das barreiras raciais, (ii) a modernização das áreas urbanas, (iii) o aumento da população colona e (iv) o aumento do imposto, principalmente com a Circular 818/D7 de 1942, que defendia a cobrança a todos os colonizados. As mulheres e os homens de 18 anos impossibilitados pela deficiência ou pela idade eram pagavam o imposto reduzido. Esses fatores forçaram os colonizados a procurar a cidade como alternativa de ter acesso ao trabalho assalariado para pagar o imposto coercivo.

Concluindo esta seção, resta dizer que foi no terceiro momento da formação socioespacial (1930-1975) que se consolidou a dualidade urbana colonial em termos de carência de infraestruturas e serviços urbanos básicos, com a criação de bairros indignos. A consolidação da estrutura urbana colonial dual, em termos de acesso a infraestrutura e a serviços urbanos, só foi possível graças à essência racista da sociedade colonial, que colocou o negro na periferia em condição desumana, forçando um exílio em sua própria terra.

### **Reprodução do espaço urbano pós-colonial**

Com o fim do colonialismo, em 1975, nasceu uma formação socioespacial de orientação marxista-leninista. Foi o primeiro governo de Moçambique que acabava de sair vitorioso de uma guerra colonial prolongada de dez anos (1964-1974). Portanto, parece apropriado chamar a urbanização que ocorreu nesta fase de “urbanização socialista”. Isso pelo aspecto acima mencionado, mas também pela ideia de que há inter-relação do urbano com a organização territorial, política e econômica, criando um conjunto de atividades sociais, econômicas e culturais que tem impacto na formação de um espaço com características próprias (Araújo, 2003). A dualidade urbana surgida da estrutura da urbanização colonial foi herdada pelo governo. O processo da descolonização representava um caminho para a solução dos problemas estruturais da urbanização colonial que impedia o colonizado de ter o direito à cidade.

A independência nacional trouxe a possibilidade dos descolonizados entrarem e se fixarem na “cidade de cimento”. Os colonos portugueses abandonaram Moçambique. As cidades foram ocupadas pela população local que se deslocou para o centro urbanizado, oriunda dos subúrbios<sup>12</sup> e do campo. Se instalou na área suburbana e também na urbana (Araújo, 2003). Nesse processo, o poder público urbano via-se estagnado devido à falta de quadros locais experientes que pudessem levar adiante qualquer tipo de reforma urbana. As dificuldades que o Estado moçambicano enfrentou, na época, foi a guerra civil, a crise econômica e as calamidades naturais cíclicas que colocaram o país numa situação de deterioração dos termos de troca internacional que permitisse arrecadar finanças para mitigar os problemas estruturais da exclusão da população que morava no entorno da “cidade de cimento” – *periferia*. Para ter uma ideia, em 1980 apenas 27% da população urbana tinham acesso a infraestruturas básicas e cerca de 75% moravam nas “periferias urbanas” (Langa, 2010; Silva, 2011; Mapengo, 2011; Muhambe, 2000).

<sup>12</sup> O termo é utilizado como sinônimo de periferia.

A guerra civil<sup>13</sup> tornou os espaços urbanos em espaços de acomodação dos deslocados, ou seja, para utilizar as palavras de Manuel de Araújo (2003), em “cidades refúgio”, porque eram locais seguros para a população rural fustigada pelo flagelo da guerra. Os deslocados, quando se fixaram nas áreas urbanas, ocuparam os espaços vazios existentes no núcleo e alguns espaços periféricos que eram reservados para agricultura. “A cidade de cimento” e o seu entorno – a periferia imediata – densificou-se com a ocupação espontânea (Schteingart, 1973). Nas palavras de Araújo (2003), “a densidade demográfica subiu em flecha”. Esse processo fez com que as cidades moçambicanas vissem a sua população aumentar galopantemente, sem que com isso, fossem aumentadas as infraestruturas e os serviços urbanos (Araújo, 1990; Forjaz, 2008; Gaspar, 1989; Gaspar; Mendonça, 1990). As urbes concebidas no período colonial tinham pouca capacidade para lidar com o crescimento da população urbana, uma vez que a infraestrutura e os serviços foram criados para albergar uma população colona limitada; assim, as cidades não suportaram a chegada dos novos habitantes. É preciso que fique claro que durante esse período não se ampliaram as infraestruturas ou os serviços urbanos existentes, nem se construíram novas áreas urbanas (Araújo, 2003).

Esta situação condenou as possibilidades de construção de uma justiça urbana. Os espaços urbanos do país se degradaram, neles proliferaram atividades informais como estratégia de sobrevivência (Santos, 2004) de uma parte considerável da sua população (Pinski, 1982; Saevfors, 1986), “induzida por via da imaginação (necessidade de sobreviver) e espontaneidade própria da subjetividade” (Viana, 2010). Dentro deste contexto, os problemas de segregação urbana persistiram como no período colonial (Serpa, 2013). Os residentes das “cidades de cimento” – aqueles que tinham substituído os colonos – continuaram a usufruir de condições de equipamentos urbanos incomparavelmente mais vantajosas do que as das periferias. Por exemplo, Maria Clara Mendes (1979) captou isso depois da independência nacional mostrando que, na cidade de Maputo, os bairros nobres como o da Polana e Sommerschild continuaram a albergar os residentes de maiores rendimentos.

Com o fim da guerra civil, em 1992, passou-se a uma nova fase da formação socioespacial – a adoção do neoliberalismo como forma de organização das diversas esferas da vida na sociedade: econômica, social, política e cultural. O neoliberalismo criou o surgimento de uma “cidade capitalista – dependente” (Baia, 2008). O peso dessa força passou a constituir-se como forma de reprodução do espaço urbano, transformando o conteúdo da urbanização e tornando muito difícil na atualidade, em 2018, caracterizar a dualidade urbana com a metáfora cidade de cimento *versus* cidade de caniço. Nos bairros periféricos onde havia uma homogeneidade habitacional, se veem as casas de caniço substituídas por casas de cimento.

É sem dúvida a partir da década de 1990, ou, se quisermos ser mais exatos, é no decorrer dos anos 1990 que teve início o crescimento extensivo e fragmentado das periferias urbanas que se tem atualmente em Moçambique, sem ser, na sua maioria, acompanhado pelo correspondente crescimento de infraestruturas e serviços urbanos (Ibraimo, 1994, Jenkis, 2001; Lachartre, 2000; Viana, 2010).

A este processo chamamos de “acumulação da dualidade urbana” uma vez que os espaços construídos nas periféricas estão crescendo para além dos limites administrativos dos municípios estabelecidos desde 1986 (Lei n. 4, de 25 de julho), o que atrofia a capacidade do poder municipal de planificar. A condição urbana moçambicana – em transição, indefinida – revela situações de degradações da vida urbana (Viana, 2010). As sondagens de opinião pública têm indicado com relativa frequência as reclamações das populações dessas áreas. Como deixa antever as seguintes entrevistas realizadas pela revista do

<sup>13</sup> Sobre a migração forçada causada pela guerra civil, ver Raimundo (2009).

Conselho Municipal de Maputo (2007, p. 16): “A cidade de Maputo tem melhorado nas últimas décadas. O único problema é que o desenvolvimento só acontece na cidade. Nós que vivemos nos arredores passamos mal” (José Eduardo, residente no bairro de Chamissava-Catembe). Outra: “Maputo está a desenvolver-se de forma desordenada. Estão a decorrer muitas construções em lugares impróprios. Sob o olhar impávido das autoridades municipais” (Nadio Malelana, residente no bairro de Inhagoia).

Trata-se de um sentimento estimulado e intensificado pela fragilidade do poder público municipal em formular e implementar políticas públicas capazes de melhorar a vida urbana da população que mora nas periferias e de enfrentar os padrões emergentes da deterioração urbana (Moçambique, 2002). Dia após dia, crescem as periferias sem infraestrutura física ou social, acumulando pessoas em condições desumanas ou indigentes. Muitos bairros periféricos tornaram-se atualmente verdadeiros acampamentos urbanos, ou seja, um verdadeiro “inferno urbano”, se assim caracterizarmos as condições de vida da maioria que mora nessas áreas das cidades moçambicanas (Matos, 2005; Mendonça, 2014).

Dentro desse processo de “acumulação da dualidade urbana”, as periferias são os espaços urbanos mais penalizados pela falta de investimentos públicos e privados. Os investimentos públicos feitos são simples grãos de areia caindo num mar de miséria, incapazes de resolver os problemas de carência de infraestruturas e serviços. Esta situação está sendo reforçada atualmente pela segregação interna na própria periferia, causada pelos condomínios fechados (Folio, 2007) e vivendas particulares, transformando a paisagem e acelerando a desigualdade com a construção de imóveis de alto padrão (Simone; Abouhahi, 2005).

O crescimento das propriedades imobiliárias de alto padrão avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, com a expansão da “cultura de venda dos terrenos”, que traz consigo novos atores que substituem os antigos moradores de baixa renda e criando aquilo que a geografia urbana convencionou chamar de *gentrificação*<sup>14</sup> (Smith, 1979, Pereira, A., 2014). Assim sendo, as periferias urbanas estão se configurando como mosaicos de múltiplas combinações de temporalidades, diversidade e oposição (Serra, 2003; Baia, 2008). Para falar como María Mónica Arroyo (2008), estão apresentando muitas formas de fazer, de sentir e de viver.

## Considerações finais

Ao longo desta comunicação, procuramos apontar, pelo viés da geografia histórica urbana, como e por que surgem as características da atual urbanização moçambicana, mostrando um conjunto de fatores antigos que compõem esse quadro. Basta ver como as diferentes matrizes da urbanização pós-colonial se encontram numa conexão íntima com a urbanização colonial no que tange à inacessibilidade de serviços e equipamentos urbanos para a maioria da população que mora na periferia. Isso quer dizer que a integração urbana é uma absorção espúria. O processo de urbanização contemporânea do país toma quase por inabilidade o elemento de segregação colonial (o acesso a infraestrutura e serviços urbanos) (Souza, 2012). São os traços que permanecem nas fases da formação socioespacial moçambicana: a segregação e a dependência.

14 A palavra deriva do substantivo inglês *gentry*, que designa indivíduos ou grupos de “origem nobre”. Originalmente, referia-se a um processo de elitização ou de “enobrecimento” de determinados locais da cidade antes caracterizados como áreas predominantemente populares. Essa diferenciação interna, causada pela indústria de construção imobiliária privada de capital nacional e internacional, está a provocar migrações internas acompanhadas da “acumulação da dualidade urbana”, uma vez que os antigos moradores estão vendendo seus lotes nas periferias imediatas e construindo sua própria casa em locais longínquos, de condições precárias, sem infraestrutura ou serviços urbanos.

Apesar de os governos urbanos reconhecerem a importância das infraestruturas para os “bairros periféricos”, não se vislumbra nenhum esforço político ou financeiro desses poderes no sentido de reparar as carências que afligem grande parte da população urbana que mora nas periferias. Tanto em seus quadros regionais como em seu conjunto unitário, sofrem as “periferias urbanas” as duras consequências dessa condição. Na realidade, a carência de infraestrutura e serviços urbanos nas periferias sinaliza o modo como se realiza a inserção urbana em Moçambique e revela também a racionalidade do poder público na percepção e na atuação sobre os problemas urbanos. Considerando a atual população urbana moçambicana, de aproximadamente 8.468.799 milhões de habitantes, cerca de 80% (6.775.030 habitantes), moram nas periferias, em situação precária.<sup>15</sup>

## Referências

- ABDULA, M. **Ensaio de reordenamento da unidade Kansa 1º bairro cidade de Quelimane**. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1997.
- ABREU, M. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- ARAÚJO, M. Os espaços urbanos em Moçambique. **Geosp** – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 14, p. 165-182, 2003.
- \_\_\_\_\_. Migração interna e o processo de urbanização. In: COMISSÃO NACIONAL DO PLANO & DIREÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Dinâmica demográfica e processos econômicos, sociais e culturais**. Maputo: Comissão Nacional do Plano & Direção Nacional de Estatística, 1990. p.72-89.
- ARNALDO, C.; MUANAMOHA, R. C. Dinâmica demográfica e suas implicações em Moçambique. **Gazeta de População e Saúde**, Maputo, n. 2, p. 1-47, 2014.
- ARROYO, M. M. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 2, n. 15, p. 30-31, 2008.
- BAIA, A. **Os conteúdos da urbanização em Moçambique**: considerações a partir da expansão da cidade de Nampula. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre espaços urbanos**: a cidade de Nampula, Moçambique. Dakar: Cordersia, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Ruralidades na cidade de Nampula**: exercício teórico por uma crítica da cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

15 Cálculos feitos com dados da tese (Maloa, 2016) e do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (Moçambique, [s.d.]).

- BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, 2003[1988].
- BOXER, C. R.; AZEVEDO, C. **A Fortaleza de Jesus e os portugueses em Mombaça**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.
- CABAÇO, J. L. O. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO. Malagatana, tento não me desviar do cidadão que eu sou. **Acácia Rubra**, n. 3, p. 1-45, jul./set. 2007.
- COSTA, A. B. Família de Maputo: processos de mobilidade e transformações urbanas. **RILP – Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Lisboa, n. 23, p.177-192, set. 2011.
- COSTA, I. N. No centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988. **Arquivo Histórico de Moçambique**, Maputo, n. 6, p. 65-76, out. 1989. Número Especial: Cidade da Beira.
- CUSTÓDIO, V. A retomada do planejamento federal e as políticas públicas no ordenamento do território municipal: a temática das águas e do saneamento. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 16, p. 95-104, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A persistência das inundações na Grande São Paulo**. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FERNANDES, F. **Sociedades de classes e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, J. et al. **Moçambique 1875-1975: cidades, territórios e arquitetura**. Lisboa: Maisimagem, 2008.
- FERNANDES, M. G.; MENDES, R. P. **Dicotomias urbanas em Angola e Moçambique: a cidade de cimento e a cidade informal (muceque e caniço)**. Disponível em: [https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=76662&pi\\_pub\\_rl\\_id=](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=76662&pi_pub_rl_id=). Acesso em: 2 abr. 2013.
- FONTE, M. **Urbanismo e arquitetura em Angola: Norton de Matos à revolução**. Tese. (Doutorado em Planejamento Urbanístico) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica, Lisboa, 2007.
- FOLIO, F. Les condomínios à Maputo: enjeux sociétaux et spatiaux autour de l’implantation des ensembles résidentiels sécurisés dans la capitale mozambicaine. **Annales de Géographie**, n. 655, p. 247-270, 2007.



- FORJAZ, J. **Urbanização e desenvolvimento municipal em Moçambique:** planeamento urbano e habitação. Maputo: Development Workshop, 2008.
- \_\_\_\_\_. Muitipiti: Ilha de Moçambique. In: ANGIUS, M.; ZAMPONI, M. (Org.). **Ilha de Moçambique:** convergência de povos. San Marino: AIEP, 1999. p. 48-67.
- FURTADO, C. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII:** elemento de história econômica aplicada à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Hucitec, 2001.
- GARLAND, D. **A cultura do controle:** crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- GASPAR, M. **Contribuições para o estudo da dinâmica demográfica de Moçambique.** Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.
- GASPAR, M.; MENDONÇA, G. Diferenças socioeconômicas de mortalidade infanto-juvenil em Moçambique e na cidade de Maputo. In: **Dinâmica demográfica e processos econômicos, sociais e culturais.** Maputo: Comissão Nacional do Plano & Direção Nacional de Estatística, 1990. p. 27-61.
- IBRAIMO, M. Crescimento da população urbana e problema da urbanização da cidade de Maputo. **Série População e Desenvolvimento – Documento 11**, Unidade da População. Maputo: Direção Nacional de Estatística, 1994.
- JENKIS, P. **Mercados de terra urbanas no Moçambique pós-socialismo – seu impacto sobre a população vulnerável:** alternativas para melhorar o acesso à terra e o processo de desenvolvimento urbano. Projeto de pesquisa-ação nas áreas peri-urbanas de Maputo. Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitate, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2001.
- KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2006.
- KUHN, T. S. **Estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LACHARTRE, B. **Enjeux urbains au Mozambique:** de Lourenço Marques à Maputo. Paris: Karthala, 2000.
- LANGA, F. **Atlas do perfil habitacional de Moçambique (1997-2007):** uma abordagem do SIG. Dissertação (Mestrado em Estatística e Gestão de Informação) – Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.
- LISEGANG, G. **Análise das estruturas urbanas em África e especialmente na África Oriental entre os séculos VII e XVIII e o impacto da expansão portuguesa.** COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS 1415-1822, 1999, Lisboa. **Acta...** Lisboa: CNCDP, 1999.
- LOBATO, A. No II centenário da instituição do municipalismo em Moçambique. In: REUNIÃO MENSAL DOS MOÇAMBICANOS, 6 maio 1961, Lisboa: Casa de Moçambique. Lisboa: Estudos Moçambicanos, 1961.



- MACAMO, E. Modernidade e tradição. In: SANSONE, L. et al. (Org.). **Dicionário das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa**. Salvador: Ed. Ufba, 2014. p. 363-378.
- MACHEL, S. **A luta contra o subdesenvolvimento**. Maputo: Frelimo, 1983. (Textos e Documentos, 4).
- MALOA, J. M. **Urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MAPENGO, M. **Migração rural-urbana e crescimento populacional da cidade de Maputo**. Maputo: Publifix, 2011.
- MAPUTO. CONSELHO MUNICIPAL. “Malagatana, tento não me desviar do cidadão que eu sou”. **Acácia Rubra**, n. 3, jul./set. 2007.
- MARCHAND, J. **Économie et société dans la transition libérale au Mozambique**. Paris: Karthala, 1995.
- MATOS, E. **Serviços urbanos básicos nos bairros de maxaquene “A” e da urbanização**. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2005.
- MENDES, M. C. **Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial**. Tese (Doutorado em Geografia urbana) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1979.
- MENDES, R. P. **A cidade colonial e a estruturação do território em Moçambique: a evolução urbana de Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula e Porto Amélia/Pemba**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011.
- MENDONÇA, I. N. Mobilidade urbana na área metropolitana de Maputo: análise dos órgãos de gestão do planejamento e mobilidade urbana, arranjos institucionais e insumos para a sua efetiva articulação. **Journal of Transport – Literature**, Manaus, v. 8, n. 2, p. 244-270, abr. 2014.
- MILHEIRO, A. V. A produção arquitectónica das regiões ultramarinas nas revistas *Arquitetura e Binário*. In: MESQUITA, M. D. **Revistas de Arquitetura: Arquivo(s) da Modernidade**. Lisboa: Caleidoscópio, 2012. p. 112-133.
- MOÇAMBIQUE. Ministério da Administração Estatal (MAE). **Folha informativa dos municípios II**. Maputo: MAE, 2002.
- MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística de Moçambique. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/projeccoes-da-populacao>. Acesso em: 23 jan. 2017.
- MOSCA, J. **Economia de Moçambique, século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- MUCHANGOS, A. Aspectos geográficos da cidade da Beira. **Arquivo Histórico de Moçambique**, Maputo, n. 6, p. 239-296, out. 1989a. Número Especial: Cidade da Beira.

- \_\_\_\_\_. Traços gerais da cidade de Maputo. **Arquivo Histórico de Moçambique**, Maputo, n. 2, p. 122-135, out. 1989b. Número Especial: Centenário da cidade de Maputo, 1887-1987.
- MUHAMBE, B. **A dinâmica contemporânea dos fluxos populacionais cidade/campo em Moçambique:** o exemplo de alguns bairros do distrito da Matola. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2000.
- NEWITT, M. **História de Moçambique.** Mira-Sintra-Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.
- OPPENHEIMER, J.; RAPOSO, I. **Subúrbios de Luanda e Maputo.** Lisboa: Colibri/Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 2007. (Coleção Tempo e Espaços Africanos.)
- PEREIRA, A. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos MetrÓpole**, v. 16, n. 32, p. 307-328, nov. 2014.
- PEREIRA, M. **A forma e o poder:** duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 1998.
- PINSKI, B. **The urban problematic in Mozambique:** initial post-independence response, 1975-80. **Report to the Centre for Urban and Community Studies.** Toronto, CA: University of Toronto, 1982.
- RAIMUNDO, I. M. **Gender, choice and migration:** household dynamics and urbanization in Mozambique. Tese (Doutorado em Migração Forçada) – Faculdade de Humanidades, Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, 2009.
- ROCHA, A. Os afro-islamizados da costa de Moçambique: a terra e os homens. In: ANGIUS, M.; ZAMPONI, M. (Org.). **Ilha de Moçambique:** convergência de povos. San Marino: Aiep, 1999. p. 26-35.
- ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas:** ensinado sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.
- RODRIGUES, E. As misericórdias de Moçambique e administração local. C 1606-1763. In: MENEZES, A. et al. (Coord.). **O reino, as ilhas e o mar oceano:** estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos. Lisboa: FCSH/UNL/Universidade dos Açores, 2007. v. II. p. 709-729.
- SAEVFORS, I. **Maxaquene:** a comprehensive account of the first upgrading experience in the new Mozambique. Paris: Unesco, 1986.
- SANTOS, M. **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2010.

- \_\_\_\_\_. **Metrópole corporativa fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: Edusp, 1985.
- \_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p.81-100, jun. 1977.
- \_\_\_\_\_.; SILVEIRA, M. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHTEINGART, M. (Org.). **Urbanización y dependencia en América Latina.** Buenos Aires: Sociedade Interamericana de Planejamento, 1973.
- SECRETARIADO DA PRAPAGANDA NACIONAL. **A obra colonial do Estado Novo.** Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1942.
- SERPA, A. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, P. et al. (Org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 169-188.
- SERRA, C. **Em cima de uma lamina:** um estudo sobre precariedade social em três cidades de Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane, 2003.
- SILVA, A. **Dinâmica socioespacial e produção habitacional na periferia de Maputo-Moçambique a partir da década de 1970:** destaque para bairros Polana Caniço “A” E “B”. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- SIMONE, A.; ABOUHAHI, A. **Urban Africa:** changing contours of survival in the city. Dakar: Codesria, 2005.
- SMITH, N. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people. **Journal of the American Planning Association**, n. 45, p. 538-548, 1979.
- SOMEKH, N. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador:** São Paulo: Edusp, 1997.

- SOUZA, M. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2012.
- VIANA, D. L. Maputo: entre a cidade compacta, difusa e sem forma. **IPEA – Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, v. 7, n. 63, 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1105:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1105:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 2 abr. 2018.